



Joacine Katar Moreira, deputada independente



Mariana Mortágua, deputada do BE



Beatriz Gomes Dias, deputada do BE



Mamadou Ba, dirigente do SOS Racismo

Governo admite nível "elevadíssimo" das ameaças de ódio

Silêncio de Rio contrasta com reações de críticos no PSD. PCP prefere não "exacerbar" o fenómeno. Ventura vitimiza-se na Net e usa ironia

Nuno Miguel Ropio
nuno.ropio@jn.pt

ANÁLISE O Governo admitiu que Portugal integra o conjunto de países onde tem ocorrido "um agravamento do discurso de ódio, da coação e das ameaças" por motivos raciais e que o fenómeno está na mira das autoridades nacionais, tendo em conta o "nível elevadíssimo" a que chegou. O exemplo mais recente foram as ameaças do grupo Nova Ordem de Avis – Resistência Nacional a três deputadas e a sete ativistas de movimentos antirracistas.

"A tentativa de condicionamento político de representantes eleitos é crime e é como crime que deve ser tratado e como está a ser tratada", salientou a ministra de Estado e da Presidência, Mariana Vieira da Silva, após o Conselho de Ministros, frisando que não só "as autoridades responsáveis estão a fazer essa investigação", como as entidades que fazem a avaliação de risco deste fenómeno, "como é feito sempre nestes casos".

Segundo a governante, tendo em conta o email intimidatório recebido pelas deputadas Joacine Katar Moreira, Mariana Mortágua e Beatriz Gomes Dias, além de dirigentes associativos e sindicalistas, como Mamadou Ba, do SOS Racismo, "todos os democratas têm o dever de se indignar e de fazerem tudo o que puderem para controlar este nível elevadíssimo de ameaças".

CDS FALA DE "GRUPELHOS"
O repúdio começou cedo

com uma mensagem de Ferro Rodrigues a denunciar as "tentativas de intimidação" sobre o grupo que recebeu o email e a criticar a "direita populista e extremista" por tentar "ressuscitar do passado de triste memória uma agenda antidemocrática".
"A tentativa de intimidar deputados e ativistas políticos reveste-se de gravidade suficiente para que, enquanto presidente da Assembleia da República, não possa – nem queira – deixar de a condenar", escreveu

Ferro, cuja reação não foi prontamente seguida pelas bancadas parlamentares.

Aliás, à exceção de declarações de condenação por parte de alguns sociais-democratas como o novo líder da JSD, Alexandre Poço, da deputada Margarida Balseiro Lopes e do presidente da Concelhia de Lisboa, Luís Newton, na São Caetano à Lapa imperou o silêncio.

Rui Rio optou por apontar baterias à Festa do Avante [ler pág. 12], tendo sido ultrapassado à Direita pelo centrista Francisco Rodrigues dos Santos, que criticou a ação de "grupos" com uma agenda xenófoba e violenta, cujos "discursos bárbaros" têm sido aproveitados por alguns partidos.

Em comunicado, os comunistas condenaram "a ação da extrema-direita, o racismo e a xenofobia" e apontaram às "campanhas infames" que procuram "atribuir ao PCP afirmações de ausência de racismo em Portugal que nunca foram proferidas".

Já André Ventura, apontado como o rastilho desta ação, antes de vir falar em "reprovação do Chega" à intimidação de parlamentares, começou por recorrer à ironia no Twitter: "André Ventura e o Chega são ameaçados (que acontece a toda a hora), ninguém fica alarmado. Quando são estes coitados, toda a gente chora e grita. Miserável país!". ●

ALERTA

Caras tapadas e tochas podem ferir Constituição

O constitucionalista Jorge Reis Novais considera que se, por um lado, a Constituição proíbe a existência de "associações fascistas e racistas", por outro não limita "a expressão do pensamento racista e fascista". Ao JN, o docente de Direito da Universidade de Lisboa disse que a vigília de sábado da Resistência Nacional - com caras tapadas e tochas - e as ameaças ali feitas e repetidas por email "ferem o Estado de direito" e têm de ser respondidas "de forma firme pelas autoridades judiciais". José Filipe Pinto, investigador de movimentos populistas na Europa, tem "fundamentadas dúvidas que seja constitucional este discurso da identidade nacional e da raça".